



A DENOMINAÇÃO DO SUJEITO ATINGIDO NO g1: O CASO DA USINA BAIXO IGUAÇU

Thaís Goldeff Hahn

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista do Capes

1. Introdução

A construção de grandes empreendimentos, como as usinas hidrelétricas, impacta diretamente as populações residentes nas regiões afetadas. No Brasil, a definição de quem é considerado sujeito atingido por barragens é uma questão complexa e política, pois delimita o acesso a direitos como indenizações e reassentamentos. Desse modo, este trabalho tem como objetivo investigar como é denominado o sujeito atingido pela Usina Baixo Iguaçu, localizada em Capanema, município do sudoeste Paraná, em cinco notícias divulgadas pelo g1 à luz da Análise de Discurso franco-brasileira. A problemática parte da observação de que a denominação "atingido" carrega implicações políticas e sociais que impactam diretamente na concessão de direitos e na formação de uma memória coletiva. Dessa forma, temos como hipótese de pesquisa que o discurso jornalístico do g1, enquanto instância de produção e circulação de sentidos, participa ativamente da construção desse imaginário social.

2. Metodologia

A pesquisa está fundamentada nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso francesa-brasileira, com base nos trabalhos de Pêcheux (2014), Mariani (2012) e Tfouni e Romão (2004). O arquivo discursivo foi constituído por cinco reportagens do g1 que abordam os protestos e os conflitos relacionados à construção da Usina, publicadas em 2013, ano do início da construção da hidrelétrica. As Sequências Discursivas (SDs) extraídas constituem o *corpus* de análise, a partir do qual se observam os modos de nomeação dos sujeitos, as formações discursivas que emergem e os sentidos produzidos.



3. Resultados e discussão

Nesta seção analisamos os efeitos de sentidos que circundam a nomeação dada pelo g1 aos sujeitos atingidos que protestavam contra a construção da Usina Baixo Iguaçu, uma vez que a análise discursiva das notícias veiculadas pelo jornal nos permite constituir o imaginário de quem são os sujeitos atingidos para o g1.

(SD1) A empresa Geração Céu Azul, responsável pela construção da Usina do Baixo Iguaçu, disse que a mantém a posição de que os valores oferecidos **aos proprietários de terras** foram determinados por critérios técnicos, utilizados em diversas construções deste tipo de empreendimento. Afirmou também que todos **os agricultores** participaram desse processo de avaliação (Portal de notícias g1, 2013a, n.p, grifo nosso).

A SD1 foi recortada da primeira notícia publicada pelo g1 sobre as manifestações dos atingidos pela Usina Baixo Iguaçu. Nessa notícia, o jornal reproduz uma nota da Geração Céu Azul, empresa responsável pela obra, na qual se afirma que os valores das indenizações foram definidos com base em critérios técnicos e seriam pagos aos “proprietários de terras”. A escolha dessa designação, ao delimitar os beneficiários como “proprietários”, exclui discursivamente outros sujeitos atingidos — como arrendatários, posseiros ou meeiros, que permanecem silenciados na cena enunciativa. Dessa forma, o discurso jornalístico, ao incorporar a nota da empreiteira, contribui para a construção de um sentido único e dominante: o de que o legítimo atingido é o “agricultor-proprietário”.

Além disso, a referência a “critérios técnicos” como justificativa para os valores propostos inscreve-se na formação discursiva hegemônica, que naturaliza a desapropriação como uma questão exclusivamente técnica e jurídica, esvaziando-a de seu caráter político e social. A empresa não menciona se esses critérios foram pactuados com as populações afetadas, tampouco considera a memória discursiva dos conflitos anteriores em empreendimentos similares. Como apontam Tfouni e Romão (2004), os não-ditos inscritos na materialidade discursiva podem ser retomados e reinscritos por meio da memória discursiva, revelando tensões apagadas pela superfície do enunciado. Nesse caso, a invisibilização dos não-proprietários e a ausência de negociação coletiva evidenciam um impasse estrutural na política de reassentamento e indenização de atingidos por barragens no Brasil.



(SD2) **Atingidos** pela Usina do Baixo Iguaçu ocupam canteiro de obras no Paraná. **Agricultores** que terão áreas atingidas apontam ‘violação de direitos’ (Portal de notícias g1, 2013b, n.p, grifo nosso).

Na SD2, o uso de aspas na expressão violação de direitos opera como um marcador de distanciamento enunciativo, produzindo um posicionamento ideológico por parte do discurso jornalístico. Trata-se da ativação de um pré-construído (Pêcheux, 2014), que remete a uma memória discursiva segundo a qual os direitos dos agricultores/atingidos não estariam efetivamente sendo violados — ou, ao menos, que tal violação é passível de questionamento. As aspas funcionam como dispositivo linguístico que desloca a responsabilidade enunciativa e insinua uma dúvida compartilhada com o leitor, instaurando um efeito de ceticismo e deslegitimação da denúncia. Assim, o discurso veiculado pela notícia não apenas relata uma reivindicação, mas a enquadra sob um viés de suspeição, contribuindo para a produção de um efeito de sentido que minimiza ou relativiza a gravidade das violações alegadas. Esse gesto discursivo colabora para a manutenção de uma formação discursiva dominante, na qual os direitos dos atingidos por grandes empreendimentos são frequentemente invisibilizados ou tratados como reivindicações excessivas ou infundadas.

(SD3) **O grupo formado por agricultores** de cinco municípios do sudoeste do estado atingidos pela construção da Usina do Baixo Iguaçu exige que a estatal e o governo do estado revisem os valores das indenizações e solucionem as questões envolvendo o reassentamento das **famílias** que terão de deixar a área onde será o reservatório da hidrelétrica (Portal de notícias g1, 2013c, n.p, grifo nosso).

Na SD3, o g1 se refere aos atingidos como “grupo”, “famílias” e “agricultores”, categorias que reconhecem alguns, mas apagam outras formas de vínculo com a terra. A ausência dos não-proprietários revela uma limitação discursiva que reforça uma imagem homogênea dos atingidos. Ao acionar o imaginário da “família agricultora”, o enunciado ativa sentidos naturalizados, permitindo que o leitor preencha lacunas com base em sua ideologia. Como aponta Mariani (2012), a linguagem é atravessada pela ideologia, produzindo sentidos que escapam à consciência. Esse silenciamento se intensifica na SD4, quando a Geração Céu Azul finalmente menciona os não-proprietários — sujeitos invisibilizados, apesar dos impactos sofridos. A exclusão recorrente revela uma formação discursiva que reconhece apenas o proprietário formal, ignorando outras formas de existência e vínculo com o território.



(SD4) Em nota, a concessionária Geração Céu Azul, empresa responsável pela construção e futura operação da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, disse que lamenta que a invasão dos **agricultores** ocorra durante um processo aberto de negociações para a compra de terras que fazem parte do projeto. Também afirmou que realiza reuniões com os **proprietários, não-proprietários** e com as prefeituras das cidades para avançar com o processo fundiário do empreendimento (Portal de notícias g1, 2013d, n.p, grifo nosso).

Na SD4, a nomeação “não-proprietários” constitui um gesto discursivo que, ao mesmo tempo que menciona sujeitos silenciados, os reinscreve em posição marginal. Como apontam Tfouni e Romão (2004), o discurso jornalístico opera sobre materialidades linguísticas e históricas, em disputas ideológicas que naturalizam sentidos e silenciam outros. Nomear pela ausência distância simbolicamente esses sujeitos da terra, sugerindo pertencimento ilegítimo. Esse gesto inscreve a Geração Céu Azul numa formação discursiva que restringe o reconhecimento dos atingidos aos proprietários formais, apagando outras formas de vínculo com o território. A nomeação estrutura o dizível e marca posições sociais, antecipando o conflito evidenciado na SD5.

(SD5) A empresa se comprometeu a pagar R\$ 19,5 mil por hectare, porém, **proprietários** estimam que R\$ 58,5 mil por hectare seria um preço adequado. Por causa do impasse, os valores das indenizações pagas **aos proprietários** rurais que foram desapropriados para a construção do canteiro de obras foram depositadas em juízo. “Este valor é um terço do que vale a propriedade. As pessoas não estão conseguindo encontrar áreas de terra com esse valor aqui na região. A situação está caótica. Muitos **arrendatários** estão sem renda hoje porque não têm onde plantar”, aponta o **agricultor** (Portal de notícias g1, 2013e, n.p, grifo nosso).

Na SD5, o enunciado do agricultor reinscreve o arrendatário como sujeito atingido e excluído do processo de reparação, reposicionando-o na cena discursiva como alguém que depende diretamente da terra para sobreviver. Diferentemente do “não-proprietário” mencionado na SD4, que aparece descolado do território, aqui o arrendatário é vinculado à perda concreta de subsistência. Além disso, o g1 introduz o termo “indenização”, em contraste com o “valores oferecidos” da SD1. A mudança desloca o sentido da negociação para o da reparação, ativando formações discursivas opostas: enquanto a primeira sugere oferta voluntária, a segunda remete ao reconhecimento de um dano. Esse embate lexical evidencia a disputa simbólica em torno da legitimação dos sujeitos atingidos e da forma como devem ser compensados.

4. Considerações finais



A análise das Sequências Discursivas evidencia que o discurso veiculado pelo *g1* não se apresenta como neutro ou imparcial, mas sim alinhado a uma formação discursiva hegemônica vinculada aos interesses do mercado, como apontam Tfouni e Romão (2004). A recorrência da nomeação “proprietário” como referência legítima ao sujeito atingido reforça esse posicionamento, reproduzindo a mesma lógica adotada pela empresa Geração Céu Azul. O reconhecimento dos arrendatários, nesse cenário, não é imediato, mas fruto de lutas e mobilizações que desafiam o discurso dominante e buscam legitimá-los como sujeitos de direito.

Referências

MARIANI, Bethania. Constituição do sujeito: percursos da linguística e da psicanálise. *In: Discurso, sujeito e memória*. MALUF-SOUZA, Olímpia *et al.* (org.). Campinas, São Paulo: Pontes, 2012, p.31-46

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: Uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed., Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2014 [1988].

PORTAL DE NOTÍCIAS *g1*. Atingidos pela Usina do Baixo Iguaçu reivindicam indenizações maiores. Foz do Iguaçu, 10 out. 2013a. Reportagem de Fabiula Wurmeister.

PORTAL DE NOTÍCIAS *g1*. Atingidos pela Usina do Baixo Iguaçu ocupam canteiro de obras no Paraná. Foz do Iguaçu, 9 set. 2013b. Reportagem de Fabiula Wurmeister.

PORTAL DE NOTÍCIAS *g1*. Atingidos pela Usina do Baixo Iguaçu protestam em frente à sede da Copel. Foz do Iguaçu, 20 nov. 2013c. Reportagem de Fabiula Wurmeister.

PORTAL DE NOTÍCIAS *g1*. Agricultores protestam e param as obras da usina do Baixo Iguaçu. Cascavel, 10 jul. 2013d. Reportagem de Cassiane Seghatti.

PORTAL DE NOTÍCIAS *g1*. Atingidos pela Usina do Baixo Iguaçu voltam a impedir o acesso à obra. Foz do Iguaçu, 15 jul. 2013e.

TFOUNI, Leda Verdiane; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. O MST no discurso jornalístico: confronto de posições discursivas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, São Paulo, v. 46, n.2, p.253-267, jul./dez., 2004.